



---

# **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIO 2018**

---

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS  
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017**

**ÍNDICE**

QUADRO 01 - Balanço Patrimonial

QUADRO 02 - Demonstração dos Resultados dos Exercícios

QUADRO 03 - Demonstração dos Resultados Abrangentes

QUADRO 04 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

QUADRO 05 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Direto

QUADRO 06 - Demonstração dos Valores Adicionados

QUADRO 07 – Balanço Social

QUADRO 08 – Balanço Social

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Progresso e Desenvolvimento de Guarulhos S/A

**PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO DE GUARULHOS S.A.**  
**PROGUARU**

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	2018	2017	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	2018	2017
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	315	3.587	Fornecedores	10	33.266	18.368
Contas a receber	5	20.948	23.258	Obrigações sociais e trabalhistas	11	37.169	28.698
Obras e serviços a faturar		5.785	1.185	Obrigações tributárias	12	8.203	38.293
Estoques		1.674	890	Depósitos e cauções		18	39
Outros créditos	6	16.968	14.940	Provisões para férias		12.648	11.370
		45.690	43.860	Outras obrigações		4.919	63
						96.223	96.831
<b>Não Circulante</b>				<b>Não Circulante</b>			
Realizável a longo prazo				Obrigações sociais e trabalhistas	11	135.534	133.506
Terrenos	7	46	46	Obrigações tributárias	12	38.289	2.150
Contas a receber	5.1	15.027	15.649	Provisão para contingências	13	30.398	35.094
Outros créditos	6.1	2.843	2.470	Receitas diferidas	14	11.574	11.708
						215.795	182.458
Imobilizado	8	35.004	35.460				
Intangível	9	1.632	1.623	<b>Patrimônio Líquido</b>			
		54.552	55.248	Capital social	15.1	43.300	43.300
				Reserva de reavaliação		-	-
				Prejuízos acumulados	15.2	(255.076)	(223.481)
						(211.776)	(180.181)
<b>Total do ativo</b>		<b>100.242</b>	<b>99.108</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>100.242</b>	<b>99.108</b>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

Guarulhos-SP, 31 de dezembro de 2018

Rafael Tatsui Inazawa

Contador - CRC-SP 163.996/O-2

Aizira Leite

Diretor Administrativo Financeiro

Francisco José Carone Garcia

Diretor Presidente

**PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO DE GUARULHOS S.A. - PROGUARU**

**Demonstrações de Resultados**

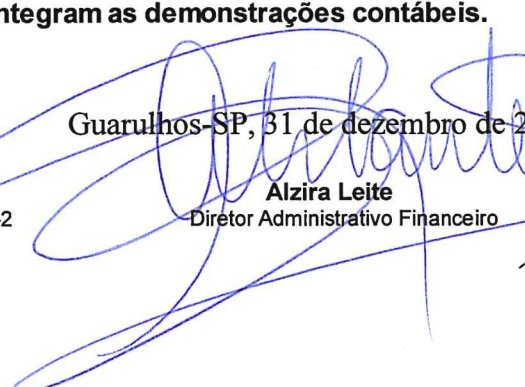

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

**(Valores expressos em milhares de reais)**

		<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Receita operacional bruta</b>		82.515	59.034
Deduções da receita		(10.315)	(7.961)
<b>Receita operacional líquida</b>	16	<u>72.200</u>	<u>51.073</u>
Custos de serviços prestados	17	(72.531)	(63.905)
<b>Lucro operacional bruto</b>		<u>(331)</u>	<u>(12.832)</u>
<b>Receitas (Despesas) operacionais:</b>		<u>(31.264)</u>	<u>(29.003)</u>
Administrativas e gerais	18	(30.501)	(22.181)
Financeiras líquidas		(16.831)	(19.956)
Outras receitas (despesas)		16.068	13.134
Repasses do Fundo FPPG		155.696	118.969
Aplicações em Investimentos e Manutenções - FPPG		(155.696)	(118.969)
<b>Resultado antes do IRPJ e CSLL</b>		<u>(31.595)</u>	<u>(41.835)</u>
Provisão para IRPJ/CSLL		-	-
<b>Prejuízo do exercício</b>		<u>(31.595)</u>	<u>(41.835)</u>
<b>Prejuízo por ação</b>		<u>R\$ (2,92)</u>	<u>R\$ (3,87)</u>

**As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.**

Guarulhos-SP, 31 de dezembro de 2018

 <b>Rafael Tatsui Inazawa</b> Contador - CRC-SP 163.996/O-2	 <b>Alzira Leite</b> Diretor Administrativo Financeiro	 <b>Francisco José Carone Garcia</b> Diretor Presidente
--	--	--





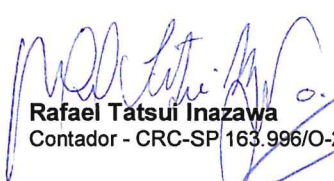
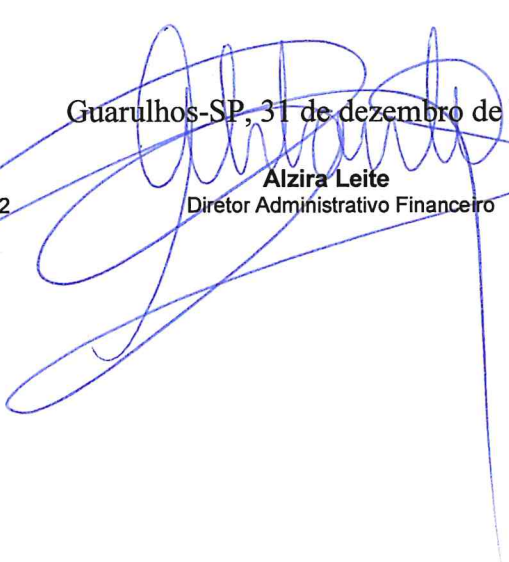
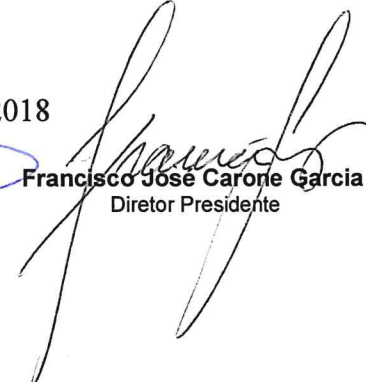
**PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO DE GUARULHOS S.A. - PROGUARU**

**Demonstrações de Resultados Abrangentes**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Prejuízo do exercício</b>	(31.595)	(41.835)
<b>Outros resultados abrangentes</b>	-	11
Variação de reserva de reavaliação	-	11
Efeitos da correção de ajustes de políticas contábeis	-	-
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	<u>(31.595)</u>	<u>(41.824)</u>

**As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.**

Guarulhos-SP, 31 de dezembro de 2018

 <b>Rafael Tatsui Inazawa</b> Contador - CRC-SP 163.996/O-2	 <b>Alzira Leite</b> Diretor Administrativo Financeiro	 <b>Francisco José Carone Garcia</b> Diretor Presidente
--	--	--

**PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO DE GUARULHOS S.A. - PROGUARU**

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**

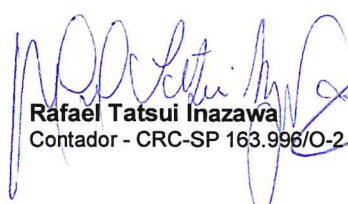
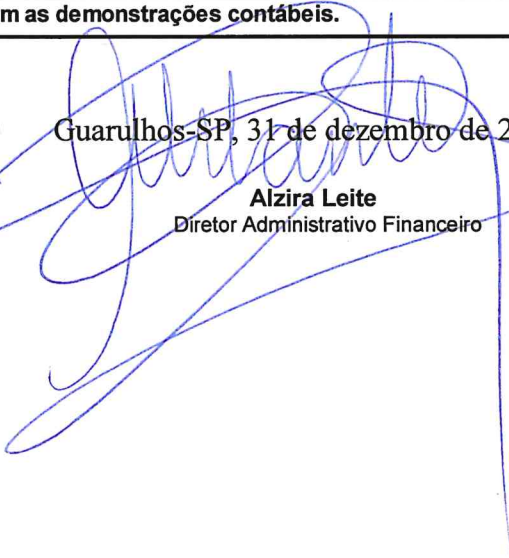
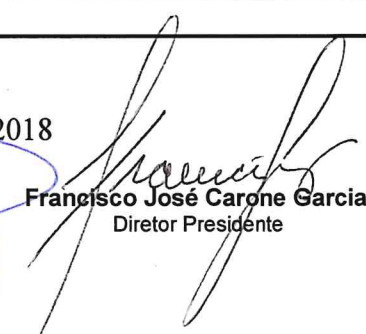
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Reavaliação	Lucros ou (Prejuízos) Acumulados	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>43.300</b>	<b>11</b>	<b>(181.663)</b>	<b>(138.352)</b>
Realização da Reserva de Reavaliação	-	(17)	17	-
Impostos de Renda e Contribuição Social s/ a Reavaliação	-	6	-	6
Prejuízo do Exercício	-	-	(41.835)	(41.835)
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>43.300</b>	<b>-</b>	<b>(223.481)</b>	<b>(180.181)</b>
Prejuízo do Exercício	-	-	(31.595)	(31.595)
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>43.300</b>	<b>-</b>	<b>(255.076)</b>	<b>(211.776)</b>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

Guarulhos-SP, 31 de dezembro de 2018

 <b>Rafael Tatsui Inazawa</b> Contador - CRC-SP 163.996/O-2	 <b>Alzira Leite</b> Diretor Administrativo Financeiro	 <b>Francisco José Carone Garcia</b> Diretor Presidente
---	---	---

**PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO DE GUARULHOS S.A.**

**PROGUARU**

**Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método direto**

**Em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

**(Valores expressos em milhares de reais)**


	2018	2017
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais:</b>		
Recebimento proveniente das atividades operacionais	234.936	181.566
( + ) Desbloqueio de penhoras e levantamento de depósitos judiciais	268	193
( + ) Aplicações financeiras líquidas	(3.204)	2.626
( - ) Pagamentos efetuados a fornecedores	(65.535)	(46.309)
( - ) Pagamentos efetuados a funcionários	(113.044)	(95.601)
( - ) Recolhimentos efetuados ao governo	(51.542)	(26.526)
( - ) Outros pagamentos	(5.340)	(13.307)
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>(3.461)</b>	<b>2.642</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição de imobilizado	189	109
<b>Caixa líquido das atividades de investimento</b>	<b>189</b>	<b>109</b>
<b>Aumento (Diminuição) líquido de caixa e equivalentes</b>	<b>(3.272)</b>	<b>2.751</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>3.587</b>	<b>836</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>315</b>	<b>3.587</b>
<b>Varição no Caixa</b>	<b>(3.272)</b>	<b>2.751</b>

**As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.**

Guarulhos-SP, 31 de dezembro de 2018

  
**Rafael Tatsui Inazawa**  
 Contador - CRC-SP 163.996/O-2

  
**Alzira Leite**  
 Diretor Administrativo Financeiro

  
**Francisco José Carone Garcia**  
 Diretor Presidente





**PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO DE GUARULHOS S.A.**  
**PROGUARU**  
**Demonstrações do Valor Adicionado**  
**Em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

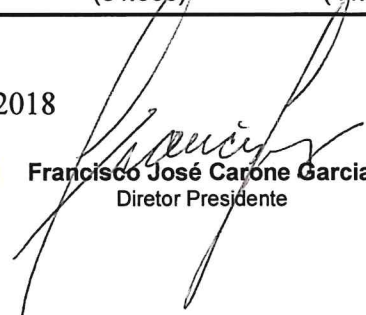
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Receitas</b>	<b>254.191</b>	<b>191.128</b>
Receitas operacionais	82.515	59.034
Outras receitas operacionais	169.296	131.799
Provisão para devedores duvidosos - constituição/reversão	2.380	295
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>103.668</b>	<b>71.511</b>
Outros custos das obras e serviços prestados	3.098	1.906
Materiais consumos	5.232	5.430
Serviços de terceiros	62.208	30.486
Outras despesas operacionais	33.130	33.689
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>150.523</b>	<b>119.617</b>
<b>Retenções</b>	<b>636</b>	<b>699</b>
Depreciações/ Amortizações	636	699
<b>Valor adicionado líquido produzido pela empresa</b>	<b>149.887</b>	<b>118.918</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>617</b>	<b>1.190</b>
Receitas financeiras	617	1.190
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>150.504</b>	<b>120.108</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>150.504</b>	<b>120.108</b>
<b>Empregados</b>	<b>142.043</b>	<b>127.163</b>
Salários e encargos	99.149	87.110
Honorários de diretoria e conselho	1.089	693
Benefícios	33.557	29.378
FGTS	8.248	9.982
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>39.689</b>	<b>34.166</b>
Federais	35.969	31.619
Estaduais	74	97
Municipais	3.646	2.450
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>367</b>	<b>614</b>
Aluguéis	367	614
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>(31.595)</b>	<b>(41.835)</b>
Prejuízo do exercício	(31.595)	(41.835)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

Guarulhos-SP, 31 de dezembro de 2018

  
Rafael Tatsui Inazawa  
Contador - CRC-SP 163.996/O-2

  
Alzira Leite  
Diretor Administrativo Financeiro

  
Francisco José Carone Garcia  
Diretor Presidente



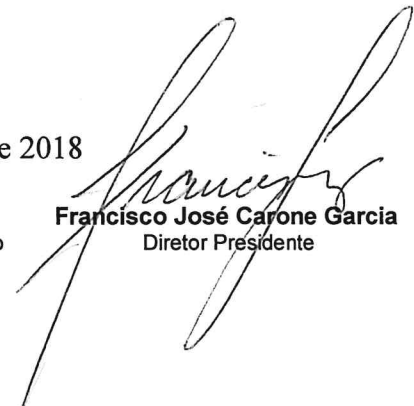


**PROGUARU****Balanco Social****Em 31 de dezembro de 2018 e 2017****Indicadores Funcionais e Laboriais – Indicadores do corpo funcional**

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Número de empregados – Final do Exercício	4.521	4.065
Admissões no exercício	570	210
Demissões no Exercício	114	379
Empregados portadores de deficiência física	97	89
Empregados por faixa etária:		
De 18 a 35 anos	605	358
De 36 a 60 anos	3.126	3.017
Acima de 60 anos	790	690
Efetivo por sexo:		
Homens	2.505	1.899
Mulheres	2.016	2.166
% Cargos de Chefia ocupados por mulheres	21%	25%
% Cargos de Chefia ocupados por homens	79%	75%
Empregados por nível de escolaridade:		
Analfabeto	57	59
Fundamental	1.746	1.764
Médio	2.284	1.954
Técnico	10	10
Superior	424	278
Estagiários	-	2
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade	91	249
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes	-	1
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes	29	118
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes em parte	61	123
Nº de processos trabalhistas extintos	2	7

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

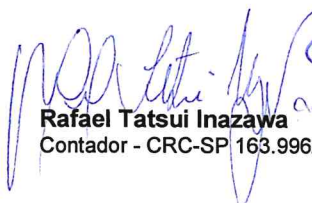
Guarulhos-SP, 31 de dezembro de 2018

 <b>Rafael Tatsui Inazawa</b> Contador - CRC-SP 163.996/O-2	 <b>Alzira Leite</b> Diretor Administrativo Financeiro	 <b>Francisco José Carone Garcia</b> Diretor Presidente
--	---	--

**PROGUARU****Balanco Social****Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais)**

<b>Indicadores Laboriais</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Encargos sociais	37.517	36.042
Alimentação	24.249	21.571
Segurança e Medicina do Trabalho	483	58
Saúde	2	3
Transporte	3.794	3.202
Cesta Básica	4.660	3.985
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	69	43
<b>Remuneração bruta segregada por:</b>		
Empregados	99.149	87.110
Administradores	1.089	693
Autônomos	33	31
<b>Relação da remuneração na empresa:</b>		
menor ( em R\$)	1.075,81	1.075,84
maior (em R\$)	15.286,09	14.840,86
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação judicial	3.255	3.439
<b>Outras informações</b>		
<b>1. Indicadores Sociais Internos</b>		
Concessão de Adiantamento Saúde a funcionários afastados	55	49
<b>2. Indicadores Sociais Externos</b>		
<b>Programa voluntariado Empresarial (PVE)</b>		
- agasalhos (peças)	1.074	1.167
<b>3. Indicadores Ambientais</b>		
Remoção de entulho (m3)	41.610	62.587
Reciclagem de resíduos da construção civil (m3)	36.649	33.603
Urbanização de Vieiras (m3)	25.717	47
Utilização de agregados reciclados em conservação de vias e obras de edificação (m3)	7.816	6.159
Produção (unidades) e utilização de Pré-moldados de concreto com material reciclado e utilizado em diversas obras no município de Guarulhos ( Lajotas)	23.563	3.400
<b>4. Coleta e destinação de resíduos descartáveis</b>		
Materiais de papel, plástico, metal e vidro ( toneladas )	1,92	2,88

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis



**Rafael Tatsui Inazawa**  
Contador - CRC-SP 163.996/O-2

Guarulhos-SP, 31 de dezembro de 2018



**Alzira Leite**  
Diretor Administrativo Financeiro



**Francisco José Carone Garcia**  
Diretor Presidente



## Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

### NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Progresso e Desenvolvimento de Guarulhos S.A. – PROGUARU é uma Sociedade de economia mista de direito privado, constituída nos termos das Leis Municipais nº. 2.305 de 22 de maio de 1979, alterada pela Lei 2.315 de 10 de julho de 1979, Lei 7.101 de 20 de dezembro de 2012 e Lei 7.220 de 16 de dezembro de 2013 e que se regerá pelo disposto nestes diplomas legais, bem como pela legislação aplicável às Sociedades Anônimas. O prazo da Sociedade é por tempo indeterminado. A sociedade tem por objeto o exercício das atividades públicas tais como:

I - Execução dos serviços de varrição, coleta e remoção de lixo, pintura de guias, desobstrução de travessias, limpeza de bueiros, coleta de entulho, remoção de pequenos animais mortos, limpeza de córregos, roçagem, capina, conservação de ruas pavimentadas e ruas de terra, conservação de boca de lobo, poços de visitas, muros de arrimo, sarjetas, guias, sarjetões e lavagem de ruas.

II - Fabricação de blocos e pré-moldados, usinagem e fabricação de concreto betuminoso usinado a quente, asfalto pré misturado a frio, reciclagem de resíduos sólidos, execução de obras de drenagem, pavimentação, construção de guias, sarjetas e sarjetões, obras de contenção de encostas, obras de desassoreamento de córregos, dragagem de córregos, iluminação pública, travessias, construções de galerias, muros de arrimo, canalizações, pontes, muros, calçadas e serviços correlatos.

III - Promoção de estudos e elaboração de projetos relacionados com as atividades culturais, esportivas e sociais; projetos de arquitetura, urbanismo e engenharia em geral, tais como: projetos geométricos, de pavimentação, de micro e macrodrenagem, transporte público.

IV - Planejamento, promoção e adoção de medidas tendentes ao incentivo de atividades industriais e comerciais para a consecução do objetivo social, tais como: elaboração e execução de planos e desenvolvimento, de habitação, de urbanização, de fiscalização de controle, de fomento, de apoio e outros de interesse social, por conta de entidades públicas e privadas.

V - Execução de serviços gráficos, de informática, projeto, construção, ampliação, reforma, limpeza, monitoramento e manutenção de próprios, controle de acesso, regulamentação para estacionamento por tempo determinado, implantação e manutenção da sinalização de trânsito e de obras, administração de velórios, cemitérios, mercados, aterros, estádios, execução de serviços de emplacamento de logradouros públicos, exploração de publicidade em próprios públicos e particulares.

VI - Construção, manutenção e reforma de habitações de interesse social; recuperação de loteamentos e conjuntos residenciais irregulares ou em deterioração urbana.

VII - Comercialização de agregados reciclados e seus derivados.

VIII - Realização de concursos públicos e ações de capacitação.

IX - Prestação de serviços a outros órgãos e entidades privadas.

X – Estudos, projetos, construção, manutenção e operação de plantas de geração de energia, bem como, exploração comercial e prestação de serviços correlatos.

#### Plano de Recuperação Econômico e Financeiro

A elaboração e execução do plano de recuperação econômico financeiro tem como finalidade primordial a continuidade da sociedade em razão do alto nível de endividamento e patrimônio



líquido negativo. O plano tem vigência contínua com ações a curto, médio e longo prazo, dentro das disponibilidades e exequibilidades possíveis.

I – Vigência contínua > Realizar periodicamente o Planejamento Estratégico Situacional em todas as gerências, possibilitando a racionalização no emprego dos recursos, execução do orçamento empresarial permitindo a melhora no nível de estimativa e, racionalização e alocação dos recursos nas ações definidas pelas diretorias.

Ações realizadas em 2018 > Com base nas reuniões do Planejamento Estratégico foram identificadas várias possibilidades de melhoria de processos para evitar ônus como desperdícios e retrabalhos. Isso ensejou a necessidade de mapear os fluxogramas de operações e a revisão dos manuais de alguns setores como o de Compras e Licitações.

II - Ações a curto e médio prazos > Redução da folha de pagamento e conseqüentemente a diminuição dos custos e despesas; revisão dos processos e fluxos de trabalho nas gerências, otimizando assim os procedimentos e harmonizando as relações interdepartamentais; diminuição do volume de estocagem de materiais evitando o desembolso com conseqüente melhora no fluxo de caixa; iniciar obras com recursos financeiros vinculados garantindo desta forma os recebimentos; revisão de contratos considerados inviáveis e seus respectivos cancelamentos; regularidade fiscal (CND) nos âmbitos municipal, estadual e federal para obtenção de novos contratos comerciais e manutenção dos atuais tendo sido renovados todos em 2018; desenvolvimento e implementação de uma nova política de gestão para os recebíveis da sociedade (carteiras PCM e Ponte Alta) facilitando a cobrança e aumentando desta forma a captação de recursos financeiros; readequação do uso de materiais, diminuindo o custo dos contratos de limpeza e aumentando a margem de lucro; evitar a locação de imóveis de terceiros, utilizando espaços próprios diminuindo dessa forma os gastos com aluguéis.

Ações realizadas em 2018 > Adoção de novo procedimento de controle de estoques tendo como parâmetro o consumo efetivo informado pelo usuário até o final de cada período mensal reduzindo o custo e conseqüentemente aumento de nosso estoque em 47%; em 31/12/18 foram renovadas todas as certidões negativa de tributos nos âmbitos municipal, estadual e federal, possibilitando à Progresso e Desenvolvimento de Guarulhos S/A. - Proguaru comprovar sua regularidade fiscal; reestruturação da Seção Cobrança com a inclusão de um advogado para representação e negociação junto aos devedores da carteira de recebíveis PCM e PTALT.

III – Ações a Longo Prazo > Integralização do capital social com os imóveis a serem transferidos de acordo com o previsto no artigo 14-A da Lei municipal 7101/12, diminuindo assim nosso patrimônio líquido negativo em R\$17.907 mil; implantação de um sistema informatizado e integrado de gestão empresarial (ERP) na sociedade, visando um aumento no nível de controle, subsidiando a tomada de decisões e a gestão da sociedade.

Ações realizadas em 2018 > Em 2018 foi adquirido uma versão atualizada do RH – Prime sistema de folha de pagamento e outro sistema denominado “Boreales” para a Gerência de Engenharia em virtude da necessidade premente das áreas.

## NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas emanadas da Legislação Societária Brasileira - Lei nº. 6.404/76 e alterações promovidas pela Lei nº.11.638/07 e Lei nº 11.941/09, conjugada com as NBC's - Normas Brasileiras de Contabilidade, instituídas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.

As demonstrações financeiras da Sociedade são de responsabilidade da Administração e são elaboradas pressupondo-se a continuidade normal das operações, com observância das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

A Lei nº. 9.249/95, de 26 de dezembro de 1995, dentre outras determinações, eliminou a adoção



de qualquer sistema de correção monetária de Balanço para fins fiscais e societários a partir do exercício social de 1996, desta forma, as parcelas componentes do Imobilizado e Intangível e do Patrimônio Líquido estão atualizadas somente até 31 de dezembro de 1995, pela sistemática oficial de correção monetária, então vigente. Os demais ativos e passivos sujeitos à indexação foram atualizados até a data de encerramento do exercício, com base nos índices contratados.

A Lei nº. 11.638/07 e a Lei nº. 11.941/09, modificam a Lei nº. 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. Os ajustes relativos à adoção das referidas legislações estão detalhados na nota explicativa nº 3.

A moeda funcional utilizada pela Progresso e Desenvolvimento de Guarulhos S/A. – Proguaru é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação de suas demonstrações financeiras.

### **Estimativas contábeis**

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração utilize estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas e despesas. Os principais valores estimados decorrem da seleção das vidas úteis do ativo imobilizado e provisão para passivos contingentes. A liquidação das operações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo e sua determinação.

### **NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS**

**a) Reconhecimento de receitas e despesas**

O resultado do exercício é apurado pelo regime de competência. A receita compreende os valores dos contratos e os valores recebidos da Prefeitura Municipal de Guarulhos para custeio das atividades.

**b) Ativo circulante e não circulante**

Demonstrados pelos valores de custo ou de realização. Quando aplicável, foram constituídas provisões para ajuste ao valor de realização.

**c) Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Empresa considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um baixo risco de mudança de valor.

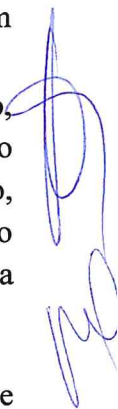
Os investimentos em aplicações financeiras são registrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço os quais são creditados ao resultado mensalmente e deduzido dos impostos e da provisão para desvalorização, quando aplicável. Os valores mantidos em conta corrente e aplicações financeiras são geridos pela Secretaria Municipal da Fazenda, órgão da administração direta da Prefeitura Municipal de Guarulhos.

**d. Estoques**

Os estoques estão avaliados pelo custo médio de aquisição, que não supera o valor de mercado.

**e. Depósitos Especiais – Penhoras Judiciais**

Existem situações em que empresa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, podem ser depositados em juízo, sem que haja a





caracterização da liquidação do passivo. As penhoras são decorrentes de decisões judiciais que têm sua origem principalmente de litígio com fornecedores e execução fiscal com a Receita Federal do Brasil.

**f. Imobilizado**

O ativo imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e acrescidos de correção monetária até 31 de dezembro de 1995, tendo sido reavaliado em dezembro de 2002. A Depreciação do imobilizado computada pelo método linear, a taxas anuais estipuladas pela legislação fiscal, sendo Imóveis de uso, 4%; Móveis e Utensílios, Ferramentas e Instalações 10%; e Veículos, Computadores e Periféricos, 20%. O processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade com as normas internacionais (IFRS) ocorreu através da aplicação inicial no ativo imobilizado e à propriedade para investimento de acordo com o CPC 01, CPC 27, CPC 28, CPC 37, CPC 43 e Interpretação Técnica ICPC 10 no exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2017.

**g. Intangível**

O ativo intangível está demonstrado ao custo de aquisição e acrescidos de correção monetária até 31 de dezembro de 1995, tendo sido reavaliado em 2003. A amortização é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

**h. Redução ao valor recuperável**

Os ativos do imobilizado e intangível têm seu valor recuperável medido, no mínimo anualmente, para adequação, caso hajam indicadores de perda de valor.

**i. Passivo circulante e não circulante**

ii. Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

**j. Passivos contingentes**

São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade no posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada dentro da opinião dos juristas da empresa como provável, quando poderia ocasionar uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

**k. Provisões**

Provisões são reconhecidas quando a empresa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

**l. Obrigações legais**

Decorrem de obrigações tributárias, e têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

**m. Demonstração dos fluxos de caixa (DFC)**

Demonstração dos fluxos de caixa elaborada pelo método direto, partindo das informações contábeis e considerando as principais operações com influência nas disponibilidades.

**n. Demonstração do valor adicionado (DVA)**

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte

apresenta a riqueza criada pela Empresa, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

**o. Balanço Social e Ambiental**

O Balanço Social foi elaborado de modo a demonstrar a atuação da empresa e seus compromissos com a sociedade, dando transparência às ações sócio ambientais, complementando as informações das demais demonstrações financeiras. São apresentados no Balanço Social indicadores funcionais e laborais além de indicadores sociais internos e externos juntamente com indicadores ambientais que demonstram todo o trabalho, compromisso e respeito que a norteiam.

**p. Receitas Diferidas**

As receitas são reconhecidas, mensalmente, de acordo com os recebimentos e os custos a ela inerentes e são apropriadas proporcionalmente à medida em que ocorrerem as realizações.

**Considerações Gerais**

Obedecendo ao conceito de transparências das demonstrações financeiras, destacamos alguns grupos de contas para demonstração dos saldos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, conforme a seguir:

**NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA**

<b>Descrição</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Caixa Tesouraria	1	2
Bancos Conta Movimento	1	70
Bancos Conta Aplicação	313	3.515
<b>Total</b>	<b>315</b>	<b>3.587</b>

**NOTA 5 - CONTAS A RECEBER**

<b>Descrição</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Prefeitura Municipal de Guarulhos (1)	11.944	16.618
Plano Comunitário de Melhoramentos (PCM Aderentes)	4.516	1.780
Loteamento Ponte Alta	4.913	5.281
Outros	84	104
<b>Subtotal</b>	<b>21.457</b>	<b>23.783</b>
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (2)	(509)	(525)
<b>Total</b>	<b>20.948</b>	<b>23.258</b>



<b>(1) Prefeitura Municipal de Guarulhos</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Controle de Acesso	3.889	6.426
Pavimentação Asfáltica	4.196	4.195
Limpeza de Próprios Municipais	2.269	3.201
Construção Civil	773	1.142
Outros	817	1.654
<b>Total</b>	<b>11.944</b>	<b>16.618</b>

(2) Os créditos considerados de liquidação duvidosa referem-se a saldos remanescentes oriundos da execução de obras e serviços a municípios inadimplentes.

### 5.1 Contas a receber não circulante.

<b>Descrição</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Loteamento Ponte Alta (1)	13.929	14.249
Plano Comunitário de Melhoramentos (PCM Aderentes)	986	1.268
Outros	112	132
<b>Subtotal</b>	<b>15.027</b>	<b>15.649</b>

(1) Atualmente o loteamento Ponte Alta possui um índice de inadimplência em torno de 32% o que corresponde a R\$6.029 mil, sendo que deste total R\$3.014 mil estão em cobrança no Departamento Jurídico em decorrência do atraso ser superior a 180 dias.

### NOTA 6 – OUTROS CRÉDITOS

<b>Descrição</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Penhoras Judiciais (1)	13.689	13.697
Impostos a compensar e a recuperar (2)	2.237	766
Adiantamentos diversos	702	460
Licença de Uso de Software	322	0
Seguros em geral	18	16
Outros	0	1
<b>Total</b>	<b>16.968</b>	<b>14.940</b>

### 6.1 Outros Créditos não circulante

<b>Descrição</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Depósitos Judiciais	2.386	2.470
Licença de Uso de Software	457	0
<b>Subtotal</b>	<b>2.843</b>	<b>2.470</b>

(1) As penhoras judiciais têm sua vinculação com litígios de fornecedores em R\$ 8.650 mil, Execução Fiscal em R\$4.085 mil e Outros em R\$954 mil.

(2) Os impostos a compensar e recuperar incluem, em 2018, um saldo de R\$ 263 mil e R\$ 1.213 mil, respectivamente, de créditos de PIS e COFINS decorrentes, principalmente, de gastos com vale-refeição, vale-transporte, materiais e uniformes, não utilizados no período e que serão







compensados no decorrer do exercício de 2019 conforme Art. 2º e 3º da Lei 10.833 de 29 de dezembro de 2003.

## NOTA 7 – TERRENOS

Em 31/12/2018 e 31/12/2017 esta conta apresentava um saldo de R\$ 46.

A Lei Municipal nº. 5.701 de 23 de julho de 2001, dispôs sobre a desafetação de área municipal e autorização para a formalização de dação em pagamento com encargos a favor desta Sociedade, face de a Municipalidade ser sua devedora. A Lei cria a obrigatoriedade da PROGUARU de proceder a regularização do loteamento, de fato existente naquela gleba, e também proceder à venda dos lotes respectivos aos ocupantes que se encontravam cadastrados em 21 de março de 2001.

A Lei de Zoneamento Municipal nº. 6253 de 24/05/07, grafou a área como Zona Especial de Interesse Social, ZEIS, possibilitando sua regularização. Após a regularização pela Prefeitura Municipal de Guarulhos, o desmembramento foi encaminhado ao 2º. Cartório de Registro de Imóveis para registro, dando início ao plano de comercialização em substituição aos Contratos de Comodatos existentes.

Em setembro de 2011 iniciou-se a comercialização dos 1.671 lotes situados no bairro denominado Jardim Ponte Alta, Guarulhos-SP.

Até dezembro de 2018 foram vendidos 1.657 lotes, restando assim um saldo remanescente de 14 lotes a serem comercializados, ou seja, foram regularizados 99% do loteamento evidenciando dessa forma o êxito do projeto.

Ao longo desse período, foram e estão sendo executadas obras de infraestrutura como galerias para drenagem, guias, passeio, sarjetas e pavimentação conforme previsto no projeto original.

Está prevista ainda, para 2019, a continuação das obras para execução do projeto de urbanismo e arborização de diversas áreas, assim como o prosseguimento das obras de infraestrutura que estão em andamento.

## NOTA 8 – IMOBILIZADO

	Taxas Anuais de Depreciação	2018	2017
Imóvel (terreno)	0%	31.962	31.962
Móveis e utensílios	10%	1.467	1.401
Máquinas e equipamentos	10%	8.406	8.381
Computadores e periféricos	20%	844	846
Veículos	20%	6.405	6.405
Outros	-	201	197
Depreciação Acumulada		(14.281)	(13.732)
Total		<b>35.004</b>	<b>35.460</b>

Movimentação	Saldo 2017	Adições	Baixas	Saldo 2018
Imóveis	31.962	0	0	31.962
Moveis e Utensílios	1.401	106	40	1.467
Máquinas e Equipamentos	8.381	65	40	8.406
Computadores e Periféricos	846	20	22	844
Veículos	6.405	0	0	6.405
Outros	197	4	0	201
<b>Subtotal Imobilizado - A</b>	<b>49.192</b>	<b>195</b>	<b>102</b>	<b>49.285</b>
Depr. Acum. Mov. Utensílios	(1.080)	31	82	(1.131)
Depr. Acum. Máq. Equipam.	(7.486)	32	191	(7.645)
Depr. Acum. Computadores	(720)	17	62	(765)
Depr. Acum. Veículos	(4.193)	0	250	(4.443)
Depr. Acum. Outros	(253)	0	44	(297)
<b>Subtotal Depreciação - B</b>	<b>(13.732)</b>	<b>80</b>	<b>629</b>	<b>(14.281)</b>
<b>Total Líquido (A - B)</b>	<b>35.460</b>	<b>275</b>	<b>731</b>	<b>35.004</b>

Em dezembro de 2002 a PROGUARU procedeu, com base no artigo 8º. da Lei nº. 6.404/76 e amparada por laudo de avaliação elaborado por empresa especializada, a uma reavaliação dos bens do ativo imobilizado, abrangendo móveis e utensílios, máquinas e equipamentos, ferramentas e dispositivos, instalações e veículos, registrando uma mais valia de R\$ 5.657 mil.

Em dezembro de 2012, a PROGUARU procedeu a uma avaliação amparada por laudo técnico elaborado por empresa especializada, de acordo com a CPC 01 e CPC 27, em bens do ativo imobilizado, especificamente nas contas “veículos” e “máquinas e equipamentos”, resultando assim, uma mais valia de R\$ 3.801 mil e vida útil remanescente.

Em dezembro de 2018, a PROGUARU procedeu a uma avaliação, obedecendo aos mesmos critérios, dos Terrenos e Edificações que resultou numa mais valia de R\$ 174.164 mil.

	Valor Contábil	Valor Justo	Mais Valia
<b>Veículos</b>	271	1.897	1.626
<b>Máquinas e Equipamentos</b>	2.794	4.969	2.175
<b>Terrenos e Edificações</b>	31.962	206.126	174.164

Em 2018, foram efetuados testes nos bens das mesmas rubricas (Veículos, Máquinas e Equipamentos) e constatou-se que não ocorreram reduções anormais do valor recuperável que necessitassem de qualquer reconhecimento contábil.

#### NOTA 9 – INTANGÍVEL

	Taxas Anuais de Amortização	2018	2017
Software	20%	271	266
Amortização Acumulada		(251)	(255)
Software Corporativo		1.612	1.612
<b>Total</b>		<b>1.632</b>	<b>1.623</b>





<b>Movimentação</b>	<b>Saldo 2017</b>	<b>Adições</b>	<b>Saldo 2018</b>
Software	266	5	271
Amortização Acumulada	(255)	4	(251)
Software Corporativo	1.612	0	1.612
<b>Total</b>	<b>1.623</b>	<b>9</b>	<b>1.632</b>

Em janeiro de 2003 a PROGUARU procedeu, com base no artigo 8º. da Lei nº. 6.404/76 e amparada por laudo de avaliação elaborado por empresa especializada, a uma reavaliação dos bens do ativo intangível, abrangendo os softwares e registrando uma mais valia de R\$ 81 mil. Em 2008, por força da Lei nº. 11.638/07 e Lei nº.11.941/09, os softwares foram reclassificados do ativo imobilizado para o ativo intangível.

Em 2015, iniciamos um projeto para implantação de um sistema informatizado e integrado com alguns setores estratégicos, objetivando a excelência de forma geral da informação a ser compartilhada entre os gestores.

Em 2017 e 2018, foram implantados os módulos dos setores de compras e almoxarifado, estando ainda em fase pré-operacional. Estão previstos para 2019 a continuidade da implantação de outros módulos como financeiro, contabilidade e custos.

#### NOTA 10 – FORNECEDORES

<b>Descrição</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
A3 Terraplenagem e Engenharia Ltda	6.903	3.311
Paupedra Pedreiras Pavim. Constr. Ltda	11.328	3.260
Schunck Terrapl. Transp. Ltda	1.639	1.937
Multi Vias Locações e Viagens Ltda	1.408	1.313
C.V.S Comercio de Alimentos Ltda	1.193	1.141
Norte Sul Hidrotecnologia e Com Ltda	1.446	823
J.L.A. Construções e Com Ltda	498	658
NOA Com de Mat. Constr. e Loc. de Maq. Ltda	1.221	500
Papa Lix Plásticos e Descartáveis Ltda	562	406
Demais Fornecedores	7.068	5.019
<b>Total</b>	<b>33.266</b>	<b>18.368</b>

#### NOTA 11 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	<b>Circulante</b>		<b>Não circulante</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Previdência Social – INSS (1)	23.473	15.452	77.562	77.437
Fundo de Garantia – FGTS	2.477	2.105		
PIS	449	440	0	0
COFINS	2.072	2.029	0	0
Parcelamento Lei nº. 11.941/09	7.195	6.789	57.972	56.069
Outros	1.503	1.883	0	0
<b>Total</b>	<b>37.169</b>	<b>28.698</b>	<b>135.534</b>	<b>133.506</b>

(1) PAEX Parcelamento Excepcional - Parcelamento Lei nº. 11941/09, artigo nº1, Parcelamento Lei 12.996/14, artigo 2º -PERT - Programa Especial de Regularização Tributária, Lei 13.496/17, artigos 2º e 3º.

Em novembro de 2009, a Sociedade optou por rescindir o parcelamento excepcional e aderir ao parcelamento nos termos da Lei nº. 11.941/09, que engloba o saldo remanescente do PAEX.

Em agosto de 2017, foi formalizada adesão ao PERT - Programa Especial de Regularização Tributária, conforme parcelamento previsto nos artigos 2º e 3º da Lei 13.496/17, em até 120 meses, onde foram contemplados todos os débitos pendentes e parcelados administrados pela RFB e PGFN, cujo vencimentos originários se deram até 30 de abril de 2017. Os tributos parcelados atingiram o montante de R\$ 92.922 mil.


Os tributos inadimplentes que não puderam ser inclusos no PERT foram parcelados conforme previsto no artigo 10º da Lei 10522/02, importando no montante de R\$6.126 mil.

Em 03/11/2017, todas essas ações descritas resultaram na concessão da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa para os tributos federais e previdenciários, com validade até 02/05/2018.

Em outubro de 2018, a Sociedade optou pelo parcelamento de R\$ 3.180 mil e R\$ 5.781 mil respectivamente de PIS e COFINS do ano calendário de 2014 atribuídos pela Receita Federal sobre os repasses do FPG através de lançamento de ofício, para a obtenção da CND. Essa dívida, no entanto, está sendo questionada judicialmente.

#### NOTA 12 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS


	Circulante		Não circulante	
	2018	2017	2018	2017
Tributos Federais	4.218	1.052	9.964	2.150
Tributos Municipais	443	37.241	0	0
Parcelamento do ISS	3.542	0	28.325	0
<b>Total</b>	<b>8.203</b>	<b>38.293</b>	<b>38.289</b>	<b>2.150</b>



#### Parcelamento Municipal – Lei Municipal nº. 7154/2013, artigo 2º e Refis Municipal Lei 7592/2017, artigo 1º

Com a finalidade de obter sua regularidade fiscal junto ao município de Guarulhos e, conseqüentemente, a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, a sociedade aderiu em janeiro de 2018 ao Parcelamento previsto na Lei 7592/2017, artigo 1º, de 16/11/2017, incluindo também o saldo remanescente do Parcelamento previsto na Lei 7154/2013, artigo 2º, parcelando todo o seu passivo fiscal no âmbito municipal em 120 parcelas e beneficiando-se da redução de 5% de juros e multa.

Em outubro de 2018 foi feito um reparcelamento da dívida com a exclusão dos honorários advocatícios, que já haviam sido pagos, resultando numa sensível queda no valor das parcelas e diminuição da dívida em R\$2.978 mil.





## NOTA 13 – CONTINGÊNCIAS

A Sociedade é parte em ações judiciais decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A provisão de R\$ 30.398 mil é considerada suficiente, para cobertura de eventuais perdas, pela avaliação da Administração da Sociedade.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Contingências trabalhistas	27.562	32.698
Contingências cíveis	2.836	2.396
	<u>30.398</u>	<u>35.094</u>

<b>Movimentação</b>	<b>Saldo 2017</b>	<b>Provisões do Exercício</b>	<b>Reversão de Provisões</b>	<b>Saldo 2018</b>
Contingências Trabalhistas	32.698	-	5.136	27.562
Contingências Cíveis	2.396	440	-	2.836
<b>Total</b>	<b>35.094</b>	<b>440</b>	<b>5.136</b>	<b>30.398</b>

### 13.1 - Contingências trabalhistas e cíveis

Na avaliação dos assessores jurídicos, o resultado dessas ações e processos são classificados como prováveis, possíveis e remotas de perda. No caso de remotas de perda, a administração da Sociedade entende não ser necessária a constituição de provisão para eventuais perdas.

As provisões constituídas para as classificadas como prováveis de perdas, estão classificadas no passivo não circulante e são revisadas periodicamente com base na evolução dos processos.

A Sociedade efetuou depósitos recursais, decorrente principalmente de ações judiciais trabalhistas, no valor de R\$ 2.386 mil e que deverão ser realizados em período superior a 365 dias. Foram objeto de penhora R\$ 13.689 mil, através das contas bancárias, e que estão classificados no ativo circulante.

### 13.2 - Contingências fiscais e tributárias – PIS e COFINS

Após tramitação junto ao CARF – Conselho Adm. de Recursos Fiscais dos processos referentes à cobrança de PIS e COFINS sobre repasses de recursos oriundos da Prefeitura Municipal de Guarulhos para financiamento do FPG - Fundo para o Progresso de Guarulhos e do indeferimento de nosso pedido de impugnação dos débitos tributários em questão, a PROGUARU ingressou com uma nova representação junto ao Poder Judiciário visando sua contestação. Ante o exposto porém, com base em parecer da Assessoria Jurídica e em observância à NBC TG 25, estamos divulgando em nota como passivo contingente, os valores correspondentes aos débitos inscritos na PGFN Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional sob os nº 806 14118506-66, 806 16010861-69, 807 14028650-92 e 807 16004402-09, que atingem o montante de R\$ 107.016 mil (vide nota 21).

## NOTA 14 – RECEITAS DIFERIDAS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Loteamento Ponte Alta	18.842	18.752
(-) Custo do terreno	7.268	7.044
	<u>11.574</u>	<u>11.708</u>

As Receitas Diferidas são provenientes da comercialização do loteamento de um terreno desmembrado no Jardim Ponte Alta iniciado em 2011, cujo prazo médio de realização gira em torno de 10 anos e que de acordo com novos termos de repactuação dos contratos, podem chegar até novembro de 2028.

## NOTA 15 – PATRIMONIO LÍQUIDO

### 15.1 Capital Social

O Capital Autorizado é de R\$ 70.000 mil e o Capital Integralizado é de R\$ 43.300 mil, tendo como acionista majoritária a Prefeitura Municipal de Guarulhos que é detentora de 99,84% das 10.825.000 ações ordinárias nominativas endossáveis, com valor nominal de R\$ 4,00 (quatro reais) cada ação.

Conforme artigo 12º da Lei 6.404/76 e Lei Municipal nº7.011 de 02/04/2012, foi efetuado o desdobramento e grupamento das ações na proporção de 100 para 1, convertendo-se 289.436.018 ações para a quantidade final de 3.000.000 ações.

Em 2019, conforme previsto no artigo 14-A da Lei Municipal nº7101/12, poderão ser integralizados ao Capital Social mais R\$17.907 mil, decorrente da transferência de imóveis utilizados atualmente pela Proguaru como Centros Operacionais.

### 15.2 Prejuízos Acumulados

Visando a continuidade do plano de reequilíbrio econômico financeiro da Proguaru, face ao Patrimônio Líquido negativo acumulado em R\$ 211.776 mil e Prejuízos Acumulados em R\$ 255.076 mil, a atual Diretoria conseguiu em 2018, com a aplicação das medidas previstas no plano de recuperação reduzir o prejuízo em R\$10.240 mil, ou seja, redução de 24,48% comparado ao exercício de 2017.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Prejuízo do Exercício	(31.595)	(41.835)

## NOTA 16 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

<b>Receita Operacional</b>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Pavimentação e Cons. de Vias Públicas	5.236	108
Construções e Manut. em Próprios Municipais	497	436
Controles de Acesso	38.671	27.542
Limpeza de Próprios Municipais	35.189	28.130





Loteamento Ponte Alta	2.906	2.775
Outras Receitas	16	43
	<b>82.515</b>	<b>59.034</b>
<b>Deduções à Receita Operacional</b>	5.506	4.568
Imposto Sobre Serviços	3.615	2.402
Programa de Integração Social	1.194	991
	<b>10.315</b>	<b>7.961</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>72.200</b>	<b>51.073</b>
Varrição e Limpeza Urbana	83.582	56.234
Pavimentação e Const. de Vias Públicas	48.755	41.090
Melhorias e Manut. em Sistema de Drenagens	5.932	7.060
Construções e Manut. em Próprios Municipais	3.273	3.770
Taxa de Administração - FPG	14.154	10.815
<b>Repasses do Fundo - FPPG</b>	<b>155.696</b>	<b>118.969</b>

A partir do exercício de 2018, a Sociedade optou por segregar as Receitas de Repasses do Fundo para Progresso de Guarulhos (FPG) das Receitas Operacionais visando coadunar as obrigações acessórias transmitidas com as Demonstrações Financeiras junto à Receita Federal para descaracterização dos Repasses como Receita Operacional e evitar futuramente as autuações fiscais recorrentes.

#### NOTA 17 – CUSTO DE SERVIÇOS PRESTADOS

Os valores apropriados à título de custos no período, estão discriminados conforme as seguintes rubricas:

	<u>2.018</u>	<u>2.017</u>
Pessoal	42.983	46.071
Materiais	2.643	2.800
Serviços de terceiros	23.415	12.107
Manutenção	1.046	632
Outros	2.444	2.295
	<u><b>72.531</b></u>	<u><b>63.905</b></u>

#### NOTA 18 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

Os valores apropriados à título de despesas administrativas e gerais, no período, estão discriminados conforme as seguintes rubricas:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Pessoal (1)	16.199	11.045
Indenizações	1.306	1.165
Serviços de terceiros	406	774
Outros (2)	12.150	7.393



Contingências

440	1.804
<u>30.501</u>	<u>22.181</u>

- (1) Em 2018, foram criadas duas Diretorias com finalidade de obtenção da excelência em nossos serviços prestados, otimizando e suprindo nossas necessidades estruturais. Com isso foram criadas a Diretoria de Inovação e Tecnologia e houve o desmembramento da antiga Diretoria Técnica em Infraestrutura Viária e Operações, e a de Edificações e Saneamento, com seus respectivos organogramas desdobrados em gerência, supervisão, coordenadoria e seções.
- (2) Deste total, R\$ 9.796 mil refere-se a despesas não provisionadas em exercícios anteriores de PIS e COFINS que estavam sendo discutidas judicialmente (vide nota 21) e que foram parceladas em outubro de 2018 para a obtenção da Certidão Positiva de Débitos com Efeitos de Negativa. Neste caso, a sociedade interpôs junto ao Judiciário pedido de tutela visando suspender o crédito tributário relativo ao Pis e Cofins parcelados com significativa possibilidade de êxito.

#### NOTA 19 – PREJUÍZOS A COMPENSAR

A Sociedade possui prejuízos fiscais a compensar do Imposto de Renda e base de cálculo negativa da Contribuição Social:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Imposto de Renda	170.514	138.919
Contribuição Social	170.487	138.892

#### NOTA 20 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES EM PERÍODOS ANTERIORES

As declarações de imposto de renda relativas aos cinco últimos exercícios estão sujeitas a eventual revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, respaldadas por emissão das ECF's (Escriturações Fiscais Digitais) e republicações dos Balanços, bem como, respectivos Pareceres de Auditoria Independente. Outros impostos, contribuições e encargos, inclusive trabalhistas e previdenciários, permanecem em aberto para revisão por períodos variáveis de tempo.

#### NOTA 21 – FUNDO PARA O PROGRESSO DE GUARULHOS

A Administração considera que os recursos recebidos do “Fundo para o Progresso de Guarulhos” para o desenvolvimento das atividades da Sociedade, são caracterizados como Repasses, de acordo com a Lei Federal nº4.320/64 – de Normas Gerais de Direito Financeiro e Lei Municipal nº2.305/79 que criou o Fundo e autorizou a constituição da Sociedade.

Com fundamento na Medida Provisória nº 2.158-35/01, artigo 14, inciso I que dispõe:

**“Art. 14. Em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, são isentas da COFINS as receitas:**

**I - dos recursos recebidos a título de repasse, oriundos do Orçamento Geral da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, pelas empresas públicas e sociedades de economia mista;**





**§ 1º São isentas da contribuição para o PIS/PASEP as receitas referidas nos incisos I a IX do caput.”**

e Instrução Normativa SRF247/2002, artigo 46, inciso I:

**“Art. 46. São isentas do PIS/PASEP**

**e da COFINS as receitas:**

**I – dos recursos recebidos a título de repasse, oriundos do Orçamento Geral da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, pelas empresas públicas e sociedades de economia mista;”**

Foi emitido parecer pela Assessoria Jurídica da Proguaru e adotada pela Diretoria, decisão confirmada em reunião conjunta dos Conselhos de Administração e Fiscal, que não deve haver incidência do PIS e COFINS sobre os recursos provenientes do “Fundo para o Progresso de Guarulhos”.

A partir do exercício de 2005, toda movimentação dos recursos do FPG – Fundo para Progresso de Guarulhos, estão demonstrados na contabilidade da Progresso e Desenvolvimento de Guarulhos S.A., na forma de contas de compensação.

O Processo Administrativo na RFB sob nº16095.720.015/2014-20, atinente à questão que estava sendo discutido no âmbito do CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais foi indeferido em última instância, tornando-se assim débito inscritos na Dívida Ativa da União e objeto de recurso junto ao Poder Judiciário (vide nota 13.2).

**Demonstrativo de Origens e Aplicações de Recursos do FPG – Fundo para o Progresso de Guarulhos – Exercício de 2018**

<u>Descrição</u>	<u>Origens</u>	<u>Aplicações</u>
Empenhos - Dotação Orçamentária da PMG	160.585	
Suplementação / Anulação Orçamentária – PMG (Líquido)	-	
Saldo Bancário		
Créditos de Repasses	(4.889)	
Obras de prevenção de enchentes e obras complementares		1.000
Execução de infraestrutura e obras complementares		4.609
<b>Subtotal aplicações em investimentos</b>	<u>155.696</u>	<u>5.609</u>
Manutenção de obras e prevenção de enchentes		5.525
Manutenção e conservação de unidades municipais		3.600
Manutenção e conservação de vias e serviços complementares		49.022
Varrição e limpeza urbana		91.940
<b>Subtotal aplicações em manutenções</b>	<u>0</u>	<u>150.087</u>
<b>Total Geral</b>	<u>155.696</u>	<u>155.696</u>

**Demonstrativo de Origens e Aplicações de Recursos do FPG – Fundo para o Progresso de Guarulhos – Exercício de 2017**

<u>Descrição</u>	<u>Origens</u>	<u>Aplicações</u>
Empenhos - Dotação Orçamentária da PMG	131.089	
Suplementação / Anulação Orçamentária - PMG	(12.120)	
Saldo Bancário		
Outros Empenhos		835
Obras de prevenção de enchentes e obras complementares		2.274
Execução de infraestrutura e obras complementares		5.826
<b>Subtotal aplicações em investimentos</b>	<b>118.969</b>	<b>8.935</b>
Manutenção de obras e prevenção de enchentes		5.492
Manutenção e conservação de unidades municipais		4.147
Manutenção e conservação de vias e serv. Complementares		39.373
Varição e limpeza urbana		61.022
<b>Subtotal aplicações em manutenções</b>	<b>0</b>	<b>110.034</b>
<b>Total geral</b>	<b>118.969</b>	<b>118.969</b>

**NOTA 22 – COBERTURA DE SEGUROS**

A Sociedade mantém cobertura de seguros para sinistro com terceiros, e em alguns casos o do tipo compreensivo (total) para os bens do ativo imobilizado, principalmente para os veículos e prédio da sede.

<u>Bem</u>	<u>Tipo</u>	<u>2018</u> <u>Cobertura</u>	<u>2017</u> <u>Cobertura</u>
Veículos	Terceiros	18.580	18.280
Prédios	Compreensivo		
Sede e Regionais	Empresarial	11.788	8.665

**NOTA 23 - CONCILIAÇÃO ENTRE O LUCRO LÍQUIDO E O FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS**

Em atendimento à NBC TG 03 (R2), apresentamos a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais por conta da utilização do método direto na apuração do fluxo líquido das atividades operacionais.

<u>Das atividades operacionais</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Resultado do exercício</b>	<b>(31.595)</b>	<b>(41.835)</b>
Ajustes do resultado		
(+) Depreciações e amortizações	636	699
(+) Variação do ativo imobilizado	(447)	(624)





(+) Outros ajustes	88	413
(+) Perda / Ganho na alienação de imobilizado	(19)	34
<b>Prejuízo líquido ajustado</b>	<b>(31.337)</b>	<b>(41.313)</b>
Variações do ativo		
(-) Variação em contas a receber	2.310	8.695
(-) Variação em obras e serviços a faturar	(4.600)	4.021
(-) Variação nos estoques	(784)	(35)
(-) Variação em outros créditos	(2.028)	(4.699)
(-) Variação em contas a receber (longo prazo)	249	2.063
<b>Total das variações do ativo</b>	<b>(4.853)</b>	<b>10.045</b>
Variações do passivo		
(+) Variação em fornecedores	14.898	2.605
(+) Variação em obrigações sociais	10.499	33.287
(+) Variação em obrigações tributárias	6.049	10.749
(+) Variação em outras obrigações	4.835	39
(+) Variação na provisão para férias	1.278	675
(+) Variação na provisão para contingências	(4.696)	(10.769)
(+) Variação em receitas diferidas	(134)	(2.676)
<b>Total das variações do passivo</b>	<b>32.729</b>	<b>33.910</b>
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>(3.461)</b>	<b>2.642</b>

## NOTA 24 – OUTRAS DIVULGAÇÕES

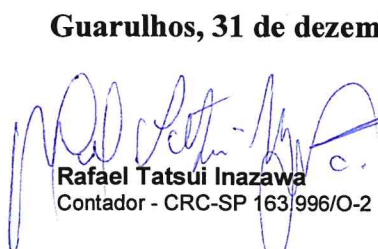
### 24.1 - Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros da empresa, constantes nas contas do ativo e do passivo encontram-se atualizados na forma reconhecida até 31 de dezembro de 2018 e estão representados substancialmente por: (a) Disponibilidades, (b) Depósitos Especiais, (c) Valores a Receber em Curto e Longo prazo, (d) Bens Imóveis disponíveis para venda, (e) Valores a Receber da Prefeitura Municipal de Guarulhos, (f) Obrigações Sociais e Trabalhistas (g) Contingências Passivas, (h) Outros Valores Exigíveis a Curto e Longo Prazos.

### 24.2 - Eventos Subsequentes

Os registros contábeis e as operações da empresa estão sujeitos aos exames das autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições, durante os prazos prescricionais variáveis, consoante à legislação específica aplicável a cada espécie de tributo.

Guarulhos, 31 de dezembro de 2018.

  
Rafael Tatsui Inazawa  
Contador - CRC-SP 163/996/O-2

  
Alzira Leite  
Diretor Administrativo Financeiro

  
Francisco José Carone Garcia  
Diretor Presidente